



# **AVALIAÇÃO EXTERNA DAS** Mecanismos de Mudança nas Escolas e na Inspeção **ESCOLAS**

[COORD]

Isabel Fialho

José Saragoça

Sónia Gomes

Maria José Silvestre

Ana Paula Correia



**AVALIAÇÃO**  
**EXTERNA**  
**DAS** Mecanismos de Mudança  
nas Escolas e na Inspeção  
**ESCOLAS**

[COORD]

Isabel Fialho

José Saragoça

Sónia Gomes

Maria José Silvestre

Ana Paula Correia

## **AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS.**

MECANISMOS DE MUDANÇA NAS ESCOLAS E NA INSPEÇÃO

Coordenação: Isabel Fialho

Conceção e Composição: Isabel Fialho | José Saragoça | Sónia Gomes  
Maria José Silvestre | Ana Paula Correia

Revisão de texto: Maria José Silvestre e Sónia Gomes

Capa: Sal Design Studio

© EDIÇÕES HÚMUS, 2013

End. postal: Apartado 7081 – 4764-908 Ribeirão, V. N. Famalicão

Tel. 926 375 305

E-mail: [humus@humus.com.pt](mailto:humus@humus.com.pt)

[www.edicoeshumus.pt](http://www.edicoeshumus.pt)

ISBN 978-989-755-862-7

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão

1.ª edição: Junho de 2023

Depósito legal: 510570/23

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto PTDC/CED-EDG/30410/2017, e dos projetos UIDB/01661/2020 e UIDP/01661/2020, através de fundos nacionais da FCT/MCTES-PT.

# ÍNDICE

- 7 **Introdução**  
*Isabel Fialho | José Saragoça | Maria José Silvestre | Ana Paula Correia | Sónia Gomes*
- CAPÍTULO 1
- 15 **Modelo do 3º ciclo da Avaliação Externa das Escolas**  
*Isabel Fialho | José A. Pacheco | Joana Sousa*
- CAPÍTULO 2
- 45 **Perceções de atores políticos, inspetivos e avaliativos (inspetores e peritos externos) sobre a Avaliação Externa das Escolas como política, procedimento e experiência**  
*José A. Pacheco | Isabel Fialho | Carlos Barreira | Filipa Seabra*
- CAPÍTULO 3
- 89 **Satisfação, perceção de efeitos e mecanismos de mudança na sequência do 3º ciclo de Avaliação Externa das Escolas**  
*Carlos Barreira | Maria da Piedade Vaz Rebelo | Maria da Graça Bidarra | Filipa Seabra | Marta Abelha*
- CAPÍTULO 4
- 117 **O 3º Ciclo da Avaliação Externa das Escolas: olhares dos Inspetores**  
*José Saragoça | Isabel Fialho | Maria José Silvestre | Ana Paula Correia | Sónia Gomes*
- ESTUDOS DE CASO
- 145 **Metodologia da investigação**  
*Ana Mouraz | Susana Henriques*
- CAPÍTULO 5
- 151 **Mudanças da Avaliação Externa nas Escolas e na Inspeção. Estudos de caso**  
*José Carlos Morgado | Natália Costa | Eduarda Rodrigues | Ila Beatriz Maia | Sofia Rodrigues | Helena Queirós | Sandra Vieira | Amílcar Santos*

CAPÍTULO 6

199 **Escolas em busca de melhoria: efeitos da Avaliação Externa das Escolas em agrupamentos de escolas na zona centro**

*Carlos Barreira | Maria da Graça Bidarra | Maria Piedade Vaz Rebelo | Ana Mouraz*

CAPÍTULO 7

223 **Perceções sobre o 3º ciclo da Avaliação Externa das Escolas: o olhar dos atores escolares**

*Ana Paula Correia | Maria José Silvestre | Sónia Gomes | Susana Henriques*

CONCLUSÃO

253 **Resultados globais do projeto de investigação**

*José A. Pacheco*

261 **Autores**

CONCLUSÃO

## **RESULTADOS GLOBAIS DO PROJETO DE INVESTIGAÇÃO**

José A. Pacheco

Entre 2018 e 2022, investigadores de quatro universidades públicas portuguesas (Minho, Coimbra, Aberta e Évora) estiveram envolvidos no projeto de investigação “Mecanismos de Mudança nas Escolas e na Inspeção, um estudo sobre o 3º ciclo de Avaliação Externa de Escolas no Ensino não Superior, em Portugal”, com financiamento da FCT (PTDC/CED-EDG/30410/2017), tendo como objeto de pesquisa mecanismos de mudança nas escolas decorrentes do 3º ciclo da Avaliação Externa das Escolas (AEE) a nível curricular, pedagógico e organizacional, bem como mecanismos de mudança na Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC).

Regulada pela Lei nº 31/2002, de 20 de dezembro, a AEE é implementada pela IGEC, tendo o 3º ciclo sido iniciado em 2018, no âmbito de um novo quadro de políticas educativas, bem como de orientações internacionais (Peralta & Pacheco, 2021), com destaque para a OECD (2013), que releva a articulação de procedimentos de avaliação interna e avaliação externa, e para a *European Commission/EACEA/Eurydice* (2021), cuja análise reconhece que muitos países utilizam resultados de desempenho dos alunos na AEE.

É indubitável que um processo formal de avaliação externa tem impacto e produz efeitos, seja na aceitação ou na rejeição administrativa e socioemocional, seja na efetivação de práticas de conformidade ou na proposta de práticas disruptivas, estas de inovação transformadora e aquelas de alteração normativa, seja ainda na partilha de uma cultura de avaliação integrada, holística e participativa. É nesse sentido que a avaliação é ao mesmo tempo política, processo e experiência, com diferentes níveis de decisão e participação.

Os dados dos estudos empíricos, realizados no âmbito do projeto, permitem argumentar, de um modo mais específico e sem qualquer possibilidade de generalização, que a AEE, em Portugal, é uma questão consensual, no

contexto de políticas educativas que têm atravessado diferentes ciclos de governação (Pacheco *et al.*, 2020; Barreira *et al.*, 2016; Pacheco, 2014), existindo uma linha de continuidade que identifica uma evolução sustentada, algo condicionada por momentos de maior ou menor valorização das modalidades sumativa e formativa e por um desequilíbrio da avaliação interna face à avaliação externa, tendo a autoavaliação adquirido autonomia como domínio somente no 3º ciclo, facto que não é consensual para todos os atores inspetivos, com responsabilidade de decisão, embora seja mais partilhado pelos atores avaliadores-inspetores, pelos atores avaliadores-peritos externos e pelos atores escolares.

Como política, a AEE tem evidenciado a existência de alguma conflitualidade latente na elaboração do modelo, tendo sido mais evidente na passagem do 2º para o 3º ciclo, em que as escolas tinham sido confrontadas com uma avaliação baseada na evidência dos resultados externos dos alunos. Como não são rápidos, nem simples, os processos decorrentes das políticas educativas exigem tempo de apropriação pelos atores educativos, incluindo a própria IGEC, cuja participação exclusiva na elaboração do modelo da AEE será sempre objeto de discussão, embora tenha a exclusividade na sua operacionalização.

Neste sentido, a realização da avaliação externa confronta as escolas e todos os atores que nela intervêm com formas de apropriação que não podem ser homogêneas, levantando-se a questão se há escolas e atores com diferentes ritmos de apropriação da avaliação externa e se esses ritmos traduzem formas autónomas ou não de realizar a avaliação interna e/ou a autoavaliação.

Assim, para os atores políticos, a melhoria do sucesso dos alunos é o denominador comum da AEE, sobretudo se as políticas da sua conceção e implementação forem entendidas como produção de conhecimento. Como os resultados deste projeto evidenciam, na continuidade de outro projeto de âmbito nacional (Barreira *et al.*, 2016), os docentes têm perceções menos entusiastas que aquelas que são manifestadas pelas lideranças, o que pode contribuir para sustentar duas hipóteses de trabalho, em termos de investigação futura: por um lado, a AEE tem sido um processo enraizado numa tecnicidade que facilita mudanças mais de natureza organizacional do que de natureza pedagógica, ficando o meio termo para as mudanças curriculares, se bem que mais visíveis nas de pendor administrativo; por outro, o sucesso das escolas na avaliação externa pode evidenciar práticas de conformidade

ao modelo implementado, em busca de evidências mais textuais, plasmadas em documentos internos, e menos pedagógicas, com o objetivo de melhorar o sucesso real dos alunos.

Como processo e prática, é legítimo dizer que há um consenso largamente aceite de que a IGECE é quem deve realizar a avaliação externa, no reconhecimento de que tem experiência acumulada e conhecimento adequado. Daí que seja relevante a formação dos inspetores, bem como a sua proximidade às escolas, potenciada pela participação dos peritos externos e, ainda mais, se um deles tiver algum grau de pertença à escola.

A introdução da observação da prática educativa e letiva, no 3º ciclo, é valorizada, se bem que a sua possível evolução para uma observação focalizada e instrumental seja bastante discutível. Alterações nas equipas, na metodologia, na escala, entre outras, são aspetos que entram na discussão de qualquer modelo, sendo as mais adequadas as que agregam um consenso equilibrado e abrangente.

Os mecanismos de mudança nas escolas diferem bastante entre os atores, sendo as lideranças as que mais reconhecem a aceitação da avaliação externa, perfilhando os docentes uma atitude de distanciamento, o que não se verifica para os pais e para os elementos da comunidade. Será congruente com os dados do projeto de investigação dizer que quanto mais a escola for dinâmica na efetividade de práticas de autoavaliação, mais os atores educativos, e principalmente os docentes, valorizarão a avaliação externa.

Uma questão fulcral tem a ver com a afirmação de que a melhoria da escola e do sucesso dos alunos depende da efetividade de práticas de autoavaliação partilhadas na escola e na comunidade educativa, não sendo adequado que esta se transforme num mero processo de conformidade. Por conseguinte, as mudanças nas escolas dependem de dinâmicas sustentadas pelas próprias escolas e, mais ainda, pela sua cultura de avaliação ligada a processos de inovação curricular e pedagógica, em que os diferentes olhares dos atores escolares são fundamentais num processo de colaboração e partilha. A avaliação externa, em conjugação com a autoavaliação, terá impacto e produzirá efeitos positivos se cada escola a interpretar como um processo que gera oportunidades de transformação organizacional, curricular e pedagógica, com vista à melhoria do sucesso dos alunos.

Quanto à IGECE, vários mecanismos de mudança têm sido reforçados, nas duas últimas décadas. Porém, a imagem de um inspetor, ligada ao controlo, está distante da imagem de um inspetor integrado numa equipa



de avaliação externa, em que a avaliação dá mais importância ao apoio e ao diálogo participativo. A legitimidade da IGEC é, assim, amplamente reconhecida pelos atores escolares e pela comunidade educativa, salvaguardando que a sua experiência adquirida na AEE é uma mais-valia que deve ser explorada.

Quer pela revisão das perspetivas teórico-conceituais sobre avaliação institucional e Inspeção (Pacheco *et al.*, 2020), quer pelos dados dos estudos empíricos do projeto de investigação, realizado por esta equipa nacional, constata-se que a AEE tem produzido impacto e efeitos na(s):

- i. Melhoria da escola, mais a nível organizacional do que a nível curricular ou a nível pedagógico, sendo o modelo da AEE perçecionado pelos atores escolares como mecanismo de legitimação de procedimentos no que diz respeito à autoavaliação, cuja visibilidade nas escolas ainda está num processo de afirmação institucional.
- ii. Melhoria dos resultados dos alunos, com relevância para a progressão dos alunos nos diferentes ciclos ou níveis e para a conseqüente valorização de indicadores qualitativos, como é o caso do percurso direto de sucesso dos alunos.
- iii. Perceção dos atores escolares sobre a importância da AEE como mecanismo de avaliação formativa da instituição, revelando-se bastante positiva a aceitação da avaliação por parte das escolas e da comunidade educativa.
- iv. Mudanças na IGEC, tanto na imagem perante a escola, quanto nas atividades realizadas, incluindo as da avaliação externa. O início dessas mudanças remonta à avaliação integrada das escolas e às atividades de acompanhamento, conferindo-lhe mais proximidade às escolas. Os dados da investigação sugerem que para a perceção positiva dos atores escolares em relação aos inspetores com a função de avaliadores tem contribuído a presença nas equipas de avaliação externa dos peritos externos, cuja participação no processo é mais formativa. Neste caso, a ampliação da diversidade de peritos externos só poderia trazer maior legitimação à avaliação externa.
- v. Credibilidade institucional da IGEC para a concretização do mandato de avaliação externa das escolas, que é comum às políticas nacionais da maioria dos Estados-Membros da União Europeia, e capacitação dos inspetores através da formação, em que se torna

fundamental a organização interna, capaz de responder às suas quatro atividades principais: controlo, auditoria, acompanhamento e avaliação externa.

Deste modo, e seguindo-se o quadro teórico de Ehren *et al.* (2015), os resultados empíricos confirmam que a AEE tem produzido um *efeito exógeno* que origina os efeitos de *legitimação discursiva* (na apropriação dos referenciais do modelo pelos docentes e outros intervenientes escolares) e de *ordem procedimental*, com vista à implementação de uma cultura de prestação de contas e responsabilização. Este efeito procedimental faz com que as escolas reajam numa *visão em túnel*, através da valorização dos resultados académicos, perfilhando quer uma perspetiva de *ossificação*, com tendência para a implementação administrativa de medidas decorrentes do modelo concretizado pela IGEC, quer uma perspetiva de *miopia*, com decisões orientadas para o curto prazo, em resposta ao que é solicitado externamente.

Se toda a avaliação externa produz *efeitos colaterais*, que podem ser pretendidos ou não, são salientados os seguintes *efeitos positivos/negativos*, dependendo a sua focagem do modo como os atores escolares olham para o processo de avaliação externa. São disso exemplos os seguintes resultados:

- i. Aceitação do modelo da AEE pelos órgãos de gestão e administração, incluindo as lideranças intermédias, embora a perceção destas seja mais moderada da que é percecionada pelos diretores, com uma visão mais otimista.
- ii. Fortalecimento da relação da escola com a comunidade, assumindo os docentes e diretores que a avaliação externa é um processo que torna mais visível, mas também mais controlado, o trabalho da escola.
- iii. Valorização da imagem social da escola, na medida em que a avaliação externa é um fator de afirmação da escola perante os pais, alunos e demais atores sociais.
- iv. Modelo de AEE centrado na análise documental, na voz dos painéis e nos processos administrativos e de gestão, não interferindo com questões nem de organização e desenvolvimento curricular, nem pedagógicas. As mudanças reconhecidas nas escolas são essencialmente de natureza normativa, como acontece, por exemplo, com a supervisão da prática pedagógica, uma vez que a sua implementação não se traduz em resultados visíveis para a melhoria da aprendizagem dos alunos.

- v. Distanciamento dos docentes em relação à AEE, olhando-a como uma questão marcadamente organizacional, com algumas mudanças curriculares mais nos discursos do que nas práticas, por exemplo, na articulação e sequencialidade e no trabalho colaborativo docente, e não como uma questão pedagógica, pois a AEE, tal como tem sido implementada, não chega com relevância à sala de aula, mesmo que a introdução da observação da prática educativa e letiva possa vir a ser um significativo mecanismo de mudança.
- vi. Ausência de planos de melhoria no seguimento da AEE e existência de um intervalo de tempo muito longo entre os ciclos de avaliação, o que contribui para um certo “adormecimento das escolas” relativamente à avaliação externa e à autoavaliação.
- vii. Ausência de uma instância de recurso independente que possa conferir maior legitimidade e transparência à AEE.
- viii. Adequação do modelo à tipologia de escolas, com a entrada dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo com contrato de associação ou de patrocínio e aqueles cuja receita seja majoritariamente proveniente de fonte pública.

Em termos de recomendações, torna-se essencial:

- i. Repensar a Lei nº 31/2002, de 20 de dezembro, focando de forma mais ampla a autoavaliação da escola no contexto da relação entre avaliação interna e avaliação externa.
- ii. Consolidar a avaliação externa de escolas mediante a tomada de decisões que permitam o recurso para uma instância independente das decisões dos avaliadores.
- iii. Implementar a avaliação externa num contexto de diversidade dos processos de avaliação que envolvem as escolas, os alunos e os docentes.
- iv. Acentuar o papel da IGEC na avaliação externa a partir de equipas com peritos externos que sejam mais representativos e com um conhecimento mais profundo da “vida das escolas”.
- v. Interligar a AEE com atividades de acompanhamento da IGEC, reforçando o seu papel formativo na relação com as escolas.
- vi. Reconhecer a avaliação externa como um processo focado na centralidade da autoavaliação.

- vii. Fomentar a criação de observatórios e programas de apoio à autoavaliação das escolas nas instituições de ensino superior.
- viii. Inscrever como documento estruturante das escolas o plano estratégico de autoavaliação.
- ix. Repensar o modelo de AEE na base de um consenso alargado e ajustado às políticas nacionais e às orientações internacionais, a partir das dinâmicas das próprias escolas e das práticas de inovação pedagógica, pois uma avaliação externa sem impacto e efeitos diretos nas salas de aula será sempre algo que não funcionará como prática de melhoria do sucesso dos alunos.
- x. Fomentar a investigação sobre avaliação institucional das escolas em que a questão central esteja ligada a esta interrogação: *As escolas estão a melhorar com a avaliação externa?*

## Referências

- BARREIRA, C., Bidarra, M. P., & Vaz-Rebelo, M. P. (2016). *Estudos sobre avaliação externa de escolas*. Porto Editora.
- EHREN, M. C. M., Gustafsson, J. E., Altrichter, H., Skedsmo, G., Kemethofer, D., & Huber, S. G. (2015). Comparing effects and side effects of different school inspection systems across Europe. *Comparative Education*, 51(3), 375–400. <https://doi.org/10.1080/03050068.2015.1045769>
- EUROPEAN COMMISSION/EACEA/EURYDICE (2021). *Structural indicators for monitoring education and training systems in Europe – 2021: Overview of major reforms since 2015*. Eurydice Report. Publications Office of the European Union.
- OECD (2013). *Synergies for better learning: An international perspective on evaluation and assessment*. OECD Publishing.
- PACHECO, J. A. (Org.). (2014). *Avaliação externa de escolas: Quadro teórico-conceptual*. Porto Editora.
- PACHECO, J. A., Morgado, J., & Sousa, J. (Eds.). (2020). *Avaliação institucional e inspeção: Perspetivas teórico-conceptuais*. Porto Editora.
- PERALTA, D. A., & Pacheco, J. A. (2021). *Currículo e avaliação externa: Entre políticas internacionais e práticas nacionais*. Editora Húmus.